
INFÂNCIA E JUVENTUDE: temas e metodologias emergentes/insurgentes

Fabiana de Amorim Marcello

Dilton Ribeiro Couto Junior

Rita Ribes Pereira

Resumo

Este texto tem por objetivo pensar desafios temáticos e metodológicos para a pesquisa nos campos dos estudos interdisciplinares da infância e da juventude, cotejando os conceitos de emergência e insurgência. Que temas têm se apresentado aos pesquisadores e que outros têm sido por eles criados e dinamizados? Que temas têm permanecido invisíveis ou invisibilizados à espera de um olhar de pesquisa? Como lidar metodologicamente com as emergências, insurgências? O que confere o caráter de insurgência numa abordagem de pesquisa? Essas perguntas expressam as marcas de uma discussão para a qual ainda nos restam muitos caminhos. Ainda assim, concordamos com a premissa de que nos lançar no desafio de trazer essas provocações no contexto da infância e da juventude requer ousadia, implicação e, acima de tudo, a disposição para ouvir – com escuta atenta, sensível e responsiva – crianças e jovens nos mais variados espaços sociais e culturais.

Palavras-chave: infância; juventude; dissidência; metodologias emergentes/insurgentes.

CHILDHOOD AND YOUTH: emerging/insurgent themes and methodologies

Abstract

This paper aims to reflect on thematic and methodological challenges in the field of Interdisciplinary Studies on childhood and youth, by comparing concepts of emergence and insurgency. What themes have been presented to researchers, and which ones have been created and promoted by them? What themes have remained invisible or been rendered invisible, awaiting an approach? How to methodologically engage with emergencies and insurgencies? What gives a research approach its insurgent character? These questions mark a discussion for which we still have many paths to follow. Even so, we share the premise that embracing the challenge of raising such provocations within the context of childhood and youth requires boldness, involvement, and, above all, a willingness to listen – with an attentive, sensitive, and responsive ear – to children and young people in their diverse social and cultural contexts.

Keywords: childhood; youth; dissidence; emergent/insurgent methodologies.

INFANCIA Y JUVENTUD: temas y metodologías emergentes/insurgentes

Resumen

Este texto tiene como objetivo reflexionar sobre los desafíos temáticos y metodológicos de la investigación en los campos de los estudios interdisciplinares sobre la infancia y la juventud, cotejando los conceptos de emergencia e insurgencia. ¿Qué temas se les han presentado a los investigadores y cuáles han sido creados y dinamizados por ellos? ¿Qué temas han permanecido invisibles o invisibilizados, a la espera de una mirada investigativa? ¿Cómo abordar metodológicamente las emergencias y las insurgencias? ¿Qué otorga el carácter de insurgencia a un enfoque de investigación? Estas preguntas expresan las huellas de una discusión para la cual aún nos quedan muchos caminos por recorrer. Aun así, coincidimos con la premisa de que

lanzarse al desafío de proponer estas provocaciones en el contexto de la infancia y la juventud requiere osadía, implicación y, sobre todo, la disposición a escuchar – con una escucha atenta, sensible y receptiva – a niños, niñas, adolescentes y jóvenes en los más variados espacios sociales y culturales.

Palabras clave: infancia; juventud; disidencia; metodologías emergentes/insurgentes.

INICIANDO O DEBATE: UM DESVIO PELA LITERATURA

É disputando concepções de infância e de juventude que os Capitães da Areia rasgam a cidade nas páginas da obra homônima de Jorge Amado (2009) e chegam, insurgentemente, ao debate que aqui nos propomos a fomentar. Não se trata de crianças e jovens bem-nascidos, com casa, família e direito à escola – sobre esses pesa a hegemonia do direito natural que dissipa e dispensa qualquer indagação. Trata-se de crianças e jovens órfãos, desvalidos e abandonados que, ao perambular pela cidade e exibirem sua classe, sua raça, sua origem, seu gênero, suas idades, enfim, sua existência dissidente, colocam em xeque a produção social da desigualdade.

Diferentes instituições disputam a autoridade de dizer o que é a infância e a juventude nessa obra de Jorge Amado, publicada originalmente em 1937, em plena era Vargas. Estado Novo e, em meio a tantas reformas, um Reformatório criado para crianças e jovens considerados desajustados e que apresentava a intenção de afastá-los dos pecados e castigos severos para que aprendam pelo corpo a correção de suas almas. Tamanha rigidez faz emergir em cartas enviadas à imprensa diferentes posicionamentos: o direito, a polícia, a religião, a pedagogia, a psicologia, a imprensa, as famílias. Um olhar mais apurado dá a ver o quanto a disputa atravessa as instituições e também passa por dentro delas: discursos criminalizadores feitos pelo bispo, os redentores proferidos pelo padre progressista e os da mãe de santo que considera filhos a todos os pobres e pretos; os discursos científicos dos seguidores de Lombroso, com suas classificações da anormalidade a partir dos traços físicos e uma nascente sociologia e pedagogia timidamente inquiridoras sobre os impactos do ambiente na constituição do indivíduo. No entremeio desses discursos, o que aquelas crianças e jovens sabiam é que a sociedade os via como ladrões, e no caso de encaminhá-las para o Reformatório seriam referidas como crianças, mas na hora dos castigos apanhavam como adultos. Por isso fugiam.

Cerca de 100 crianças e jovens com idades entre 5 e 16 anos compunham os Capitães da Areia. Cada um se destacava em sua singularidade e esta demarcava seu lugar no grupo: a liderança, a agilidade, a fé, a leitura, o desenho, a dramaticidade. Sob o céu pontilhado de estrelas ou de uma chuva que vazava pelo telhado desfeito de um trapiche abandonado, suas histórias, utopias e contradições individuais davam a ver a dimensão coletiva da sua condição. Alguns haviam sido abandonados por seus pais ou tinham fugido de casa, mas a maioria se tornou órfão devido a doenças que vitimaram seus pais e, em decorrência disso, foram expulsos, crianças, das suas terras, mostrando que o direito à casa, assim como à saúde, tem cor, tem classe e condição etária. Alguns já eram a segunda ou terceira geração de famílias que marcavam dissidência política seja na lavoura cacaueteira ou no sindicato de estivadores e, dessa dissidência, se originava sua desvalia e sua orfandade.

Os Capitães da Areia tinham suas próprias leis e princípios, e o primeiro deles era colocar o bem coletivo do grupo como balizador para qualquer decisão. É certo que não se pode romantizá-los extraindo deles suas contradições. O que queremos destacar é que em muitas cenas se podem ver os dilemas éticos vividos individualmente por cada um onde a caridade, a possibilidade de uma vida boa e o sucesso se apresentam como sedução para uma ruptura, mas a sua pertença ao grupo

se impõe como um fiel de balança. Recusam a sedução porque recusam a lógica em que se desenha essa sedução. Aqui reside sua insurgência: na existência coletiva. Essa ruptura quando acontece é tratada como um sair da infância (ou juventude), embora eles mesmos pontuem nunca terem tido sonhos de crianças. Decisões dialogadas com o grupo que, por saber da história e da utopia desse membro, o incentiva. No fundo, esse sair é um voltar para a sua própria história – nas diferentes lutas onde cada um encontra lugar ou chamado. Mesmo em sua pouca idade, há muito que os Capitães da Areia perceberam que todas as lutas são a mesma, onde quer que estejam.

Os Capitães da Areia são, em si, uma insurgência, uma teimosia por existir em dissidência, em exibir para a sociedade a desigualdade que ela mesma produz e sua incapacidade de percebê-los a despeito dos mais variados discursos que produzem sobre eles. Insurgência dos Meninos. Insurgência da obra de Jorge Amado que, considerada subversiva, fora proibida e recolhida pela ditadura Vargas e queimada em uma das fogueiras feitas pela Comissão Executiva do Estado de Guerra do governo para queima de livros, em novembro de 1937 (Uchoa, 2017). Ironicamente uma fogueira construída ao lado do elevador Lacerda, onde as contradições entre cidade alta e cidade baixa se põem em evidência, mesmo lugar onde um dos Capitães da Areia dá cabo à vida como último grito de liberdade.

Quase 90 anos depois, no exato instante em que escrevemos este texto, o livro *Capitães da Areia*, hoje considerado um clássico da literatura brasileira, é novamente atacado por representantes da extrema direita que visam sua retirada das estantes escolares alegando conteúdo ideológico e inadequação etária (Caputo, 2025). Que concepções de infância e juventude estão em disputa em ações como essa? O que move a proibir um livro para leitores que têm a mesma idade dos seus personagens? Que experiências concretas de determinados grupos de crianças e jovens precisam ser subjetivamente protegidas para outras crianças e jovens?

EMERGÊNCIAS E INSURGÊNCIAS

Pensar relativamente os conceitos de emergência e de insurgência nos limites da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais implica pensá-los em movimento. Por natureza, esse movimento é constitutivo e definidor do conhecimento científico: problematizar, afirmar, contrapor, rever, avançar, retomar, recusar-se à cristalização pela permanência da indagação. Nesse movimento, temas e metodologias emergem, ganhando relevância e institucionalidade ou, em seu avesso, passando à margem das investigações. Etimologicamente, a palavra *emergir* remonta às ideias de aparecer, sair-se de onde estava mergulhado, dar-se a ver, surgir, nascer. Já a palavra *insurgência* remete às atitudes de levantar-se, erguer-se contra, rebelar-se, contrapor-se, ressurgir-se, fazer-se ouvir (Cunha, 2010; Faria, 2020). Juntas, oferecem-nos uma perspectiva instigante para a abordagem a que nos propomos, ativando politicamente os sentidos da ciência na problematização (e produção) da realidade social, bem como, por essa via, os sentidos (e a urgência) da problematização para a produção do conhecimento.

Observar historicamente o movimento do conhecimento científico, a exemplo das pesquisas do tipo estado da arte e estado do conhecimento, ajuda a perceber tendências praticadas nos diferentes campos científicos em recortes espaço-temporais que apontam recorrências, bem como dão a ver vácuos e ausências. No entanto, analisando mais profundamente a história da ciência, enquanto um paradigma da modernidade, a recorrência de temas e metodologias também sinaliza a consolidação de um saber hegemônico, tanto no que se refere à relação da ciência instituída com outros saberes, como, mesmo internamente à ciência, uma disputa de hegemonia

entre diferentes áreas e campos que impactam reconhecimento, validação, financiamento etc. Considerar emergências e insurgências como constitutivas do movimento do fazer científico, portanto, exige articular (pelo menos) duas frentes de reflexão: uma que se dá por dentro, num diálogo entre pares, na disputa por validade e reconhecimento e, outra, que exige sensibilidade e diálogo constante com temas candentes da realidade social que emergem e se insurgem pela força dos movimentos sociais, de grupos periféricos, nem sempre tocados pela abordagem científica.

Que temas e metodologias têm emergido nos estudos da infância e da juventude? O que é recorrente? Que ausências se percebe? Como nomear a ausência “por dentro” do fazer científico? Que diálogos estão por tecer? Afinal, o que queremos dizer quando falamos de temas e metodologias “insurgentes”? Caminhamos com Francisco e Mayorga (2020) e entendemos a insurgência, em linhas gerais, “como uma dissidência ou transgressão de um estado de coisas que se propõe hegemônico, instituído” (p. 58). Em uma perspectiva foucaultiana, insurgir/resistir é questionar o “assim das coisas”, buscando entender como as coisas se tornam o que são hoje e quais conhecimentos são validados e legitimados pelos diferentes setores da sociedade em um determinado tempo-espço. Nas palavras de Fischer (2003), pesquisar sob essa ótica é romper com teorias conspiratórias, explicações mecanicistas e de ordem ideológica: “é dar conta de como nos tornamos sujeitos de certos discursos, de como certas verdades se tornam naturais, hegemônicas, especialmente de como certas verdades se transformam em verdades para cada sujeito” (p. 386). Se reconhecemos que, historicamente, determinados discursos são considerados verdadeiros e validados pelo campo científico, quem mais poderia atestar o “grau” de insurgência de determinado tema/objeto de estudo? Se o tema/objeto de estudo nasce do desejo de pesquisá-lo, quais desejos mobilizam o pensamento insurgente e por quê?

No âmbito das discussões que implicam os conceitos centrais em jogo neste artigo (insurgências, emergências), trazemos outra imagem: a exposição *Soulèvements* [*Levantes*] – uma exposição itinerante que cruzou a França, o Canadá, a Espanha, a Argentina, o México e o Brasil, entre 2016 e 2018, com fotografias, vídeos, pinturas, documentos, instalações etc., cujo objetivo era reunir gestuais de diferentes atos insurgentes, revoltas populares, desde um sussurrado e pueril “Não!” ou “Basta!” até levantes de caráter nacionais ou internacionais; gestos, palavras, atos que, em seu conjunto e de diferentes formas e tempos, se organizaram, se produziram, em dado momento da história, contra a submissão, como “efeito de um sentimento de que um limite foi ultrapassado” (Butler, 2017, p. 23).

Por meio da exposição (e do rol de discussões no âmbito da história da arte do qual *Levantes* é também parte), Didi-Huberman (2017), seu curador, ajuda-nos a problematizar a ideia de insurgência a partir do ato do “levantar-se”, entendido por ele como desejo e imaginação política. Sob o impacto das guerras e da xenofobia, diz ele que, em distintos pontos do planeta, diferentes pessoas esperam sob o céu por condições mais dignas de existência. Ainda que não estejamos ou nos reconheçamos dentre essas, não podemos ignorar que também nós estamos sob o mesmo céu. Há uma dimensão coletiva que transmuta o levantar dos fardos cotidianos em um levante por escuta e transformação. Convoca à mobilidade social. A construção de um “nós” que se inicia pelo levantar dos corpos, tornando-os visíveis, desejosos, falantes, insurgentes.

Seguindo a metáfora de Didi-Huberman (2017), há uma infinidade e diversidade de crianças e jovens sob o céu cuja vida e cultura potencialmente são objeto/interlocução para a pesquisa científica. Crianças e jovens para os quais a realidade social inviabiliza possibilidades de uma vida digna. Considerando que, com a rara exceção dos pesquisadores jovens, a pesquisa acadêmica é feita por adultos, em que medida estamos, de fato, sob o mesmo céu? Em que termos é possível

construir a dimensão coletiva de que trata Didi-Huberman? Que insurgências são possíveis “por dentro” da ciência? Que outras implicam ampliar o diálogo com a realidade social?

No catálogo dessa exposição, Judith Butler (2017, p. 26) faz um apanhado de sentidos que a palavra levante/insurgência assume em vários idiomas, dentre os quais destacamos: “colocar-se de pé, descobrir que se tem a força para colocar-se de pé, tremor ou convulsão da reverberação dessa força, sacudir-se e tirar a poeira, revoltar-se, indignar-se, resistir, libertar-se de um peso, recusar-se à sujeição”. Ao dar relevo à imensa gama de levantes/insurgências que se produzem desde pequenos atos até a imensidão de ciberlevantes, a autora solicita nossa atenção para algumas perguntas cruciais: “Quem se levanta quando há um levante? E o que se levanta quando as pessoas fazem um levante? O que chega ao seu limite quando tem por resposta um levante?” (Butler, 2017, p. 23).

As perguntas da autora nos levam a uma outra, fundamental à questão que nos propomos neste texto, qual seja: afinal, quem é o sujeito da insurgência? Menos do que remeter a uma entidade individual, a um sujeito, a insurgência diz de um coletivo, transita entre o “solitário” e o “solidário” (Didi-Huberman, 2017), exige que o sofrimento de um seja, necessariamente, um sofrimento partilhado, seja a recusa cúmplice das formas de submissão. Sozinho, nenhum sujeito faz um levante, ao mesmo tempo em que nenhum levante anula ou homogeneiza diferenças individuais (Butler, 2017). Na insurgência, entre o sujeito e o coletivo há mais de convergência do que de equivalência; há mais de aliança e propagação do que concordância gratuita e imediata.

O que isso sugere, portanto, nos termos da insurgência em/na pesquisa? Talvez se possa dizer, nesse caso, que a insurgência está ali, quando a escolha por um tema, por uma metodologia envolve e convida não apenas (o que, de fato, não é pouco) um sujeito pesquisador, mas um campo a uma “mudança de perspectiva”; uma escolha que faz perceber o quanto a própria insurgência – daquele tema, daquela metodologia – se mostra, a um só tempo, urgente e tardia; convida, portanto, a um trabalho que implica invenção: aquela comprometida e atenta às urgências de seu tempo inseparavelmente implicada com as demandas que só podem advir da sintonia com aquilo que se produz no campo – nem que seja para seu tensionamento.

Não se trata aqui de advogar em favor de uma insurgência calcada em grandes feitos acadêmicos, mas, antes, naqueles, por vezes pequenos, nem por isso menos potentes, por meio dos quais encontramos formas de operar não sobre “aquele” grande tema, a metodologia jamais vista, mas na parcela de autoria que, por emergir do espaço entre uma urgência do tempo e uma demanda pulsante de um campo, vai na direção de um compromisso ético e político, no caso aqui, com a infância e com a juventude. Se falamos de um compromisso ético e político é porque se trata de escolhas, sim, porque, ao fazê-las, elas necessariamente permitem um alargamento de um “eu” para um “nós”. Tal como Foucault (2006, p. 80) afirma em relação às insurgências:

Insurge-se, é um fato; é por isso que a subjetividade (não a dos grandes homens, mas a de qualquer um) se introduz na história e lhe dão seu alento. Um delinquente arrisca sua vida contra castigos abusivos; um louco não suporta mais estar preso e decaído; um povo recusa o regime que o oprime. [...] Ninguém, aliás, é obrigado a ser solidário a eles. [...] Basta que elas existam e que tenham contra elas tudo o que se obstina em fazê-las calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer.

Nesse debate, é importante não perder de vista que toda insurgência ou levante tem seu tempo disruptivo de emergir, onde a força de sua emergência ganha maior visibilidade e deflagra um movimento de pensamento e de transformação. Mas há uma história que antecede as

insurgências e levantes e outra que trata do que se segue a eles. É da natureza da insurgência e dos levantes sucumbir à permanência (ou à nostalgia). E aí reside uma certa armadilha, que é a de cristalizar insurgências e levantes ao tempo do agora. Como pensar a permanência sob uma perspectiva histórica, já denunciada por Walter Benjamin (1987), que se mostra como um tempo saturado de agoras? Diz o filósofo que a história oficial, movida pelo tempo da produção, pauta suas narrativas nos grandes eventos em detrimento do miúdo do cotidiano e por isso a transforma num rosário de grandes fatos históricos desconectados. O autor sugere que se adote essa própria característica do fragmentário como metodologia de pensamento e de produção de sentidos históricos. Olhando fatos esparsos de maneira justaposta, como numa montagem, sem fazer distinção entre os grandes e os pequenos, é possível extrair desse mosaico de experiências novos sentidos não contemplados pela história oficial – ou da ciência hegemônica. Trata-se da construção de um movimento que convoca a percepção aos intervalos, às pausas, às quedas, descansos e nostalgias, recuperando um sentido histórico sob outras premissas que não o vício pela novidade e pelo espetáculo.

Talvez um pouco sobre o tempo da insurgência e dos levantes possa ser encontrado também no filme *No intenso agora* (2017), de João Moreira Salles: a partir de imagens de arquivo, especialmente imagens caseiras, produzidas por sua mãe, Elisa Moreira Salles, quando em viagem à China em 1966, durante a fase inicial da Revolução Cultural, o diretor compõe uma narrativa que mescla esses achados a cenas da França, do Maio de 1968, àquelas da Primavera de Praga, da antiga Tchecoslováquia, hoje República Tcheca e àquelas das manifestações estudantis no Brasil, particularmente em 1968. Um impulso comum une essas imagens. O filme trata justamente disto: sobre a força, a potência concentrada e, em seu revés, as consequências de momentos transformadores – ou, talvez, sobre a desproporção entre a energia condensada indispensável e constitutiva dos levantes àquela do seu vazio, derivado de uma dissolução inescapável de uma irrupção.

Afinal, então, qual é o tempo da insurgência? E, nos termos de nossa discussão, o que faz, por exemplo, um tema ser “insurgente”? Um dos pontos mais importantes a ser destacado sobre esse aspecto diz respeito a uma não equivalência entre “insurgência” e “novidade”; ou, em outras palavras, o fato de que não é na suposta e presumida atualidade de um tema que reside uma “insurgência”. Diríamos mais: pensar em temas insurgentes sugere muito mais o modo como muitos deles – insistentes no tempo graças a uma urgência de problematização que se faz, ainda e cada vez, concreta –, ganham tratamento singular, e justamente por isso podem ser perspectivados de outras formas. E nesse tratamento, o fundamento das insurgências, aquilo que também as caracteriza: “causar ruptura em uma história que o mundo inteiro acreditava entendida (no sentido em que se fala de um caso entendido, fechado, encerrado): é romper a previsibilidade da história, refutar a regra que pensávamos presidir seu desenvolvimento ou sua manutenção” (Didi-Huberman, 2017, p. 310). Podemos dizer, então, que um tema insurgente não é necessariamente vinculado àquilo que é “novo”, mas, antes, que é incitado pelo crônico.

Como se pode perceber, não se trata de apostar em uma romantização da insurgência, apontando para sua suposta e inegável dimensão disruptiva e criadora. Ao falar dos levantes, como figura da insurgência, Butler (2017, p. 34) afirma que é difícil dizer em que medida eles “representam o povo, a essência do povo ou uma pura reivindicação democrática” (já que, muitas vezes, também eles (os levantes), podem estar a serviço das ditaduras. Didi-Huberman (2017), por sua vez, afirma algo ainda contumaz quanto à impossibilidade de uma generalização otimista: “É muito difícil aceitar que Mussolini tenha produzido um verdadeiro levante popular, porém fascista.

É preciso aceitar isto”. Ao dizer isso, entendemos que a noção de insurgência assumida neste texto para pensar metodologias, temas e o próprio fazer investigativo, naquilo que o mobiliza, não corresponde, em si, a um movimento investigativo imediatamente alçado ao que é da ordem da resistência, da insubordinação (acadêmica, epistêmica), ou mesmo daquilo que irrompe gratuitamente, produzindo o novo. A insurgência na pesquisa é, antes de tudo, um compromisso político e um *trabalho*: de criação, de invenção, de sensibilidade e ética.

INFÂNCIAS: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS

É consenso afirmar que a pesquisa sobre crianças e infâncias é relativamente recente e, considerando esse histórico, é possível considerar que muito temos avançado na expansão da área e na tentativa de fazer confluir diferentes estudos disciplinares que, em diálogo, propiciem formas mais substanciais de abordagem às crianças e a seus mundos sociais e culturais. Na mesma linha, testemunhamos um esforço acadêmico na construção de metodologias mais afinadas com as formas infantis de produção subjetiva.

No entanto, considerando que as crianças constituem parte significativa da população, vale indagar em que medida essa categoria social se mostra relativamente representada nos discursos científicos proferidos acerca da infância. Carece observar em que medida esses discursos seguem, ainda, majoritariamente adultocêntricos, de modo que, mesmo quando produzidos em diálogo com crianças, a voz mais potente no texto, quando não a única, segue sendo a do adulto-pesquisador. Em que medida a população infantil – e sua voz – é levada em consideração? Que conhecimento da história e da infância é possível construir sem levar em conta a sua perspectiva? Como traduzir em texto a dialógia do encontro entre o pesquisador – com sua racionalidade adulta – e a criança, sem que nos arvoremos a “redizer” o que ela disse, neutralizando a sua entonação?

Iniciamos este texto trazendo a partir da literatura uma abordagem aos meninos e meninas desamparados pela realidade social, pelas políticas públicas da era Vargas e pela ciência de então – os Capitães da Areia, grupo de meninos com os quais Jorge Amado conviveu e escutou nos trapiches da “cidade da Bahia”. Uma realidade social vivida menos de meio século após a abolição da escravidão e a proclamação da República. Para construir uma linha de pensamento, podemos citar, mais recentemente, a “Nova República” iniciada em meados da década de 1980 após 21 anos de uma outra ditadura empresarial-militar. Mais uma vez os desvalidos, cansados de políticas “Reformatórias”, organizaram-se no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, exigindo fazerem-se ouvir na Assembleia Constituinte. Em 2018, em Brasília, um Encontro Nacional de Sem Terrinhas denunciava que os direitos adquiridos pelas lutas que os antecederam não vinham sendo cumpridos. E outra infinidade de crianças e jovens participam, neste momento, no Século XXI, de movimentos de Ocupação nas lutas por moradia, num país oligárquico que, de acordo com o Censo de 2022, soma mais casas permanentemente vagas (11,4 milhões) do que o número de famílias (5,9 milhões) sem casa. Em que medida esses eventos e suas conexões se articulam com a produção de conhecimento? O que se insurge, o que emerge, o que permanece? Quem são os sujeitos desse conhecimento?

Caroline Trapp Queiroz (2025) foca essas e outras lutas de que as crianças fazem parte em busca de legitimidade para a singularidade das suas formas de existência. A autora trabalha com o

conceito de “ponto cego”, aquele minúsculo ângulo a partir do qual a luz não atinge a retina, impedindo a visão, para tratar da nossa cegueira para a “presença da infância como potência política” (p. 235). A razão adultocêntrica não enxerga as crianças e, menos ainda, as escutas. Queiroz (2025) aponta para a necessidade de se “desconstruir a visão da criança como sujeito padrão quase sempre idealizado sobre o qual se fundamentam discursos e práticas nem sempre coerentes com a pluralidade das realidades em que elas vivem” (p. 236). Por fim, ela pontua que “para enxergar e entender a criança como sujeito de sua história, para além de modismos teóricos e retóricos, é preciso assumir o necessário trabalho de conhecer os lugares sociais ocupados por ela” (p. 236).

Aqui se reafirma não apenas a dimensão política da infância, enquanto categoria social, mas também a dimensão política da ciência, enquanto instituição hegemônica de saber. A ciência, na sua recorrência por determinados temas e abordagens atinentes à infância acaba por produzi-la na medida em que faz circular discursos que reforçam idealizações – modos de ser, se desenvolver, se relacionar e participar. As infâncias dissidentes são ainda um ponto cego para a ciência. Não estão onde são procuradas. Estão sob nossos olhos, mas não as vemos. Ou seja: reiterando o visível, trabalhamos também pela invisibilização.

Talvez seja o caso de, na contramão das perspectivas iluministas que tomam por existência unicamente aquilo sobre o que se joga luz, à maneira de Walter Benjamin (1987), tomar a ótica dos pontos cegos como metodologia, a fim de provocar no pesquisador o desafio de reaprender a ver para além do que está posto e supostamente sabido. Nessa linha, a experiência de Evgen Bavcar, fotógrafo esloveno que, mesmo sendo cego, fotografa, oferece-nos uma inquietação insurgente a essa questão: contrariado com a pergunta reincidentemente a ele dirigida sobre “como”, sendo cego, ele fotografa, responde que a verdade do seu trabalho se coloca na indagação sobre o porquê, sendo cego, fotografa.

Bavcar (2003; 2006) aponta uma distinção entre o que chama de “traduzir o visível” e a tarefa de “excitar o invisível”, um jogo que se constrói entre imagem e fabulação. A tradução, diz ele, ainda que potente, está no campo da linguagem já definida para a comunicação. E nessa esteira podemos elencar todas as nossas descrições e citações de conversas de campo que, com facilidade, são incorporadas ao território do “já visto”. O fotógrafo pondera que essa é uma primeira parte do trabalho, que não se encerra aí. Ele busca a lírica que se coloca entre o *déjà vu* e o *jamaís vu*, afirmando que é da excitação deste último que emerge a criação. Não nos enganemos supondo que a fala de Bavcar trata da técnica. Sua fala é política, e lembra que o “já visto”, de tão visto, pode já não mostrar, não comunicar, não tocar. Daí a excitação do invisível como formação que transcende e transmuta a linguagem, exigindo outras percepções e formas de dizer.

Estar e pesquisar com crianças e jovens é um exercício lírico de excitação do invisível, uma vez que, numa relação alteritária, convidam a uma perspectiva singular, bem como partilham palavras novas que ressignificam o dizer em suas fabulações e interpretações do mundo, desestabilizando nossa visão adultocentrada.

JUVENTUDES DISSIDENTES (INTER)CONECTADAS

A relação adultocentrada discutida brevemente na seção anterior também se faz presente na relação adulto > jovem. Benjamin (2002) denuncia o modo como os jovens são intimados ou amargurados por adultos que, ao fazerem uso do que o autor denominou de “máscara da experiência”, buscam provar sua superioridade sobre os mais novos. Nas palavras de Benjamin

(2002, p. 21, grifos do autor): “mas vamos tentar agora levantar essa máscara. O *que* esse adulto experimentou? O *que* ele nos quer provar?”. Numa perspectiva adultocentrada pautada na lógica da “máscara da experiência”, o sujeito de menor idade teria sua experiência negada/desvalorizada porque ainda não acumulou idade o suficiente para ter sua alteridade reconhecida e legitimada.

Se partimos do pressuposto de que toda experiência humana é singular, e por isso insistimos em pensar a juventude no plural, juventudes (Carrano, 2000), questionamos a relação entre idade/geração e experiência. Por que comumente tem sido reiterada a lógica de que é o peso da idade que determina quem tem (mais) autoridade/autorização a tecer reflexões sobre o outro? De modo algum desconsideramos o marcador idade/geração na constituição dos diferentes grupos sociais, mas precisamos ser cautelosos em não cair na armadilha de criar relações hierárquicas e desiguais quando o peso da idade/geração se sobrepõe sobre outros marcadores sociais. Não é nenhuma novidade o seguinte argumento, construído há décadas: “a maneira mais simplista de uma sociedade definir o que é um jovem é estabelecer critérios para o situar numa determinada faixa de idade, na qual estaria circunscrito o grupo social da juventude” (Carrano, 2000, p. 12). Criticamos a perspectiva da vida “recortada em etapas”, buscando romper com a ideia de que a juventude estaria situada entre a infância já experienciada e a (promessa da) adultez ainda porvir. Quais os sentidos culturais sobre o que significa ser jovem hoje no Brasil? E como o marcador idade/geração atravessa as pesquisas envolvendo os jovens na contemporaneidade, nos termos de mobilizar temas e metodologias insurgentes?

No campo dos estudos da juventude, há um território investigativo fértil quando acompanhamos as transformações sócio-técnicas engendradas pelas tecnologias digitais em rede, que modificam o modo como aprendemos-ensinamos e nos relacionamos com outras pessoas geograficamente dispersas (Ferreira; Couto Junior, 2018). Temos tido a oportunidade de conhecer muitos grupos juvenis compartilharem suas visões de mundo com a emergência e a popularização da internet. Antes um espaço destinado a realizar simples navegação e buscas *online* (*download* de informações), a internet hoje se constitui, em linhas gerais, como um ambiente que nos possibilita trocar mensagens com outras pessoas (*upload* de informações) espalhadas pelo mundo, rompendo com o tempo-espaço (Santos, 2011).

Não poderíamos deixar de mencionar temas contemporâneos que emergem no contexto das tecnologias digitais, como as *fake news* e o fenômeno da pós-verdade (Teixeira; 2022) e a Inteligência Artificial Generativa (IAG) (Santaella, 2023), apenas para citar alguns exemplos. Embora a internet não tenha inaugurado as *fake news*, é inegável o quanto as informações falsas atualmente conseguem ser produzidas e disseminadas em uma velocidade nunca antes imaginada, tudo graças à cibercultura em sua fase atual, que é constituída pelo tripé performatividade algorítmica, dataficação da vida e plataformização da sociedade (Lemos, 2021). Quais vêm sendo os desafios das pesquisas que adotam o ciberespaço como lócus privilegiado no trabalho de campo envolvendo a juventude? Como as tecnologias digitais em rede, mais especificamente as redes sociais e a IAG, vêm convidando-nos a (re)pensar as estratégias metodológicas nas pesquisas com os jovens? Como podemos ampliar os investimentos teórico-metodológicos no campo dos estudos da juventude?

Jovens de todos os cantos do planeta e que integram as chamadas minorias sociais, de gênero e étnico-raciais, ousam (re-)existir, fazendo do digital em rede uma arena política importante na ampliação de suas margens de liberdade. Concordamos que a rede é “um espaço frutífero com amplas possibilidades de se planejar estratégias de resistência e subversão aos regimes de verdade que normatizam modos de ser-viver, precarizando-os” (Couto Junior; Brito; Pocahy; Amaro, 2019,

p. 1224). Como os jovens vêm atuando (ciber)politicamente e nos convidando a conhecer suas lutas e reivindicações sociais? Quais discursos são produzidos *sobre* e *pelos* jovens nas redes? Entendemos que a rede também é constituída/atravessada por discursos de ódio produzidos e direcionados a diferentes grupos sociais, por isso percebemos a necessidade de metodologias emergentes/insurgentes para investigar esse emaranhado discursivo, que também envolve a participação dos jovens.

Jovens em posição de dissidência vêm questionando discursos hegemônicos com o objetivo de denunciar as diferentes violências cotidianas experienciadas dentro-fora da escola, exigindo novas estéticas de existência. Esses jovens, que não se identificam/enquadram em modelos hegemônicos, encontram na dissidência a possibilidade de insurgir/resistir, ou seja, questionam as relações de poder responsáveis pela produção das marcas da abjeção (Couto Junior, 2017). Nas palavras de Silva e Paraíso (2023, p. 8), “o que está em jogo, na dissidência, é a vida em seus processos sempre abertos de criação, movimento e reinvenção”. Como os estudos com as juventudes podem auxiliar na promoção de políticas públicas direcionadas aos jovens em posição de dissidência que vivem em condição de vulnerabilidade social? Como a interseccionalidade, que “visa a dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2019, p. 16), pode contribuir para a construção de práticas antixistas, antiracistas e antiLGBTI+fóbicas?

Embora sejamos profissionais da área educacional, as pesquisas no campo dos estudos da infância e da juventude não se restringem ao espaço escolar. Essa pode parecer uma afirmação um tanto óbvia, no entanto, não raramente precisamos arguir de que pesquisar fora de contextos escolares também pode trazer contribuições (legítimas) para a própria área educacional. Dito isso, se nosso foco é conhecer as práticas culturais infanto-juvenis, por que precisamos nos restringir ao espaço da sala de aula quando crianças e jovens experienciam relações cotidianas com seus pares fora do ambiente formal de aprendizagem? Quais metodologias insurgentes vimos (re)criando para conduzir nosso trabalho investigativo em espaços ainda pouco explorados nas Ciências Humanas e Sociais? Talvez tenhamos algumas pistas para essa pergunta quando começarmos a *ouvir* o que os jovens têm a dizer sobre suas experiências sociais; afinal, eles estão produzindo e compartilhando vídeos de “dancinhas” no TikTok (Silva, 2025), utilizando aplicativos de namoro/“pegação” (Ruani, 2021), construindo relações sociais e afetivas em comunidades *online* (Couto Junior, 2017), assistindo e querendo conversar sobre gênero e sexualidade a partir das séries de *streaming* (Storino, 2025).

O que os jovens vêm nos convidando a pensar é a necessidade de ampliarmos o que tradicionalmente escolhemos como temas e metodologias. O que eles têm a dizer sobre as pesquisas das quais participam como sujeitos? Como o olhar lançado sobre os jovens nos dão pistas para pensar, teórico e metodologicamente, a pesquisa que conduzimos com eles? As transformações sociais – impulsionadas pelas tecnologias digitais em rede – reconfiguram as relações sociais juvenis, por isso temos o desafio “de conseguir os necessários ‘vistos’ e ‘passaportes’ para a viagem que é dialogar e mesmo compartilhar dos sentidos culturais que são elaborados nas múltiplas redes sociais da juventude” (Carrano, 2000, p. 26). Conhecer a multiplicidade de modos de ser jovem na contemporaneidade é um convite para que, como pesquisadores, possamos, cada vez mais, pensar temas e metodologias emergentes/insurgentes no campo de estudos da juventude.

PALAVRAS FINAIS

Construímos, ao longo deste texto, uma série de indagações com o objetivo de pensar a singularidade e os desafios da pesquisa com crianças e jovens. São perguntas que agitam nosso pensamento e nos possibilitam refletir sobre os desafios da pesquisa com crianças e jovens em um tempo-espaço marcado pela negociação constante entre o tradicional e o inovador, o velho e o novo, o progressista e o conservador. Crianças e jovens, sujeitos históricos produtores de linguagem, atuam na cultura, aqui compreendida enquanto campo de insurgência política envolvendo disputas/tensões, negociações e deslocamentos, no qual diversas epistemes são elaboradas (Souto, 2020). Como essas epistemes nos auxiliam a olhar os fenômenos sociais e culturais? Como, também nós, participamos da construção/manutenção de certas epistemes por meio de nossas escolhas investigativas? Como a participação de crianças e jovens na cultura vem alterando o próprio modo como as epistemes são (re)elaboradas? Em que nossas pesquisas operam disruptivamente fazendo emergir temas candentes e metodologias comprometidas com essas insurgências? Em medida tais alterações são indícios de uma possibilidade/desejo de horizontalidade na produção do conhecimento, no reconhecimento dos diferentes e singulares saberes?

Nosso trabalho, povoado por perguntas, traz as marcas de uma discussão para a qual ainda nos restam muitos caminhos. Insurgências forjadas no agora e outras cujo sentido só se mostra na permanência. Pesquisar com temas e metodologias insurgentes/emergentes nos campos dos estudos interdisciplinares da infância e da juventude requer ousadia, implicação e, acima de tudo, a disposição para ouvir – com escuta atenta, sensível e responsiva – crianças e jovens nos mais variados espaços sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Produção, 2019.
- AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BAVCAR, Eugen. Um outro olhar. *Humanidades*, Brasília, v. 49, p. 121-125, 2003.
- BAVCAR, Eugen. A luz e o cego. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Artepensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 461-466.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. vol I – magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo, Duas Cidades, 2002.
- BUTLER, Judith. Levante. In: DIDI-HUBERMAN, Georges (Org.). *Levantes*. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2017. p. 23-36.
- CAPUTO, Gabriela. Livro de Jorge Amado enfrenta tentativa de censura em Santa Catarina; entenda o caso. O Estadão. 03/07/2025. Disponível em <<https://rb.gy/bxgkqk>>. Acesso em 06 jul. 2025.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventudes: as identidades são múltiplas. *Movimento*, Niterói, n. 1, p. 11-27, maio 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000100017>
- COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. *Marcas da abjeção expressas em conversas sobre heteronormatividade com jovens no Facebook: em defesa de uma pedagogia queer*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

- COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; BRITO, Leandro Teofilo de; POCAHY, Fernando; AMARO, Ivan. Jovens em estado de alerta no Facebook: diálogos tecidos em/na rede como estratégia de (re)existência à regulação das vidas precarizadas. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 3, p. 1210-1229, set./dez. 2019. Disponível em <<https://bit.ly/2oqppqfW>>. Acesso em 2 out. 2019.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, Georges (Org.). *Levantes*. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2017.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário latino-português*. Belo Horizonte: Garnier, 2020.
- FERREIRA, Helenice Mirabelli Cassino; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. Juventudes, educação e cidade: a mediação dos dispositivos móveis de comunicação nos processos de aprender-ensinar. *Textura*, Canoas, v. 20, n. 44, p. 108-129, set/dez. 2018. Disponível em <<https://bit.ly/2PSO3ue>>. Acesso em 6 dez. 2018.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 371-389, jul./dez. 2003. Disponível em <<https://bit.ly/2yhPafM>>. Acesso em 7 abr. 2019.
- FOUCAULT, Michel. É inútil revoltar-se? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos V – Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 77-81.
- FRANCISCO, Camila Rodrigues; MAYORGA, Cláudia. Insurgências nas trajetórias em diáspora de universitárias haitianas em Belo Horizonte, Brasil. *Gênero*, Niterói, v. 20, n. 2, p. 57-84, 2020. Disponível em <<https://tinyurl.com/5bytc7w3>>. Acesso em 27 jun. 2025.
- LEMONS, André. *A tecnologia é um vírus: pandemia e cultura digital*. Porto Alegre: Sulina, 2021.
- QUEIROZ, Caroline Trapp de. *Ponto Cego: sobre infância, luta e olhar*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2025.
- RUANI, Ruann Moutinho. *Por entre normas e “pegações” no Grindr: tecendo problematizações com homens gays sobre a constituição das masculinidades dissidentes na cibercultura*. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.
- SALLES, João Moreira. *No intenso agora*. Brasil. 2017. 127 min.
- SANTAELLA, Lucia. *Há como deter a invasão do ChatGPT?* São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2023.
- SANTOS, Edméa. A cibercultura e a educação em tempos de mobilidade e redes sociais: conversando com os cotidianos. In: FONTOURA, Helena Amaral; SILVA, Marco (Orgs.). *Práticas pedagógicas, linguagem e mídias: desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões*. Rio de Janeiro: ANPED Nacional, 2011. p. 75-98.
- SILVA, Jéssica Coelho Parreira da. *Cibercorpos juvenis femininos em “dancinhas” compartilhadas no TikTok: por uma educação cyberfeminista*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.
- SILVA, João Paulo de Lorena; PARAÍSO, Marlucy. Cartografia para pesquisar currículos e infâncias em dissidências: um exercício experimental de invenção. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 45, p. 6-12, 2023. Disponível em <<https://is.gd/oQIppB>>. Acesso em 26 fev. 2024.
- SOUTO, Stéfane. Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea. *Revista Metamorfose*, v. 4, n. 4, p. 133-144, 2020. Disponível em <<https://tinyurl.com/33zdmd89>>. Acesso em 27 jun. 2025.
- STORINO, André Luiz Bernardo. *Conversando sobre a série Sex Education: o que jovens estudantes de uma escola pública da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro nos ensinam sobre gênero e sexualidade?* Tese

(Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

TEIXEIRA, Marcelle Medeiros. *Na pandemia, nem tudo que reluz é ouro: discutindo fake news e o fenômeno da pós-verdade em tempos de necropolítica no Brasil*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2022.

UCHOA, Pablo. ‘Capitães da Areia’: o dia em que o Estado Novo queimou um dos maiores clássicos da literatura brasileira. BBC. 26/11/2017. Disponível em <<https://tinyurl.com/3yydt6ed>>. Acesso em 7 jul. 2025.

Submetido em junho de 2025

Aprovado em junho de 2025

Informações das autoras

Fabiana de Amorim Marcello

PPGEDU – UFRGS

E-mail: famarcello@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9720-2650>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3635060565287453>

Dilton Ribeiro Couto Junior

ProPEd – UERJ

E-mail: junnior_2003@yahoo.com.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5221-7135>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3583771162535417>

Rita Ribes Pereira

ProPEd – UERJ

E-mail: ritaribesuerj@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8605-3394>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6665667611048925>